

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.

23 MAI 2007

Sengés

*Maria Aparecida de Castro*  
OFICIAL DESIGNADA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 029/2004

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE CRÉDITO DE PEQUENO VALOR, SOBRE O PARCELAMENTO DE PRECATÓRIOS, A CESSÃO DE CRÉDITO E A COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS DE QUE TRATAM AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE Nº 30/2000 E Nº 37/2002 e, dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SENGÉS, APROVOU, E EU, ANSELMO JORGE DE LIMA, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º.** – Para efeito do disposto nos parágrafos terceiro, quarto e quinto do artigo 100 da Constituição Federal, ficam considerados de pequeno valor os créditos decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, constantes de precatórios judiciais, os quais, corrigidos monetariamente até a data do efetivo pagamento, não ultrapassem 30 (trinta) salários mínimos.

**Parágrafo Único:-** Ao credor é facultado, quando o valor de seu crédito ultrapassar o limite fixado no *caput* deste artigo, renunciar ao valor excedente, para fins de inclusão como crédito de pequeno valor nos termos desta Lei, não se admitindo, porém, que uma parte do pagamento se faça nos termos desta Lei e a outra parte mediante expedição de precatório.

**Art. 2º.** – Ficam instituídas duas ordens de apresentação e pagamento dos Ofícios Requisitórios:

- I. Os que digam respeito exclusivamente a créditos de natureza alimentícia, nos termos do art. 100 da Constituição Federal;
- II. Todos os demais.

**Parágrafo Único:-** São considerados de natureza alimentícia, os débitos decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas estas últimas em responsabilidade civil e, em virtude de sentença judicial transitada em julgado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS**  
Travessa Senador Souza Naves, 95 – Sengés-Pr – Tel. 043-567-1222

**Gabinete do Prefeito**

**Art. 3º.** – A ordem cronológica dos requerimentos pré-existent, nos termos do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observará o critério do artigo anterior, mantendo-se a seqüência cronológica de apresentação.

**Parágrafo Único:-** Compete à Secretaria Municipal de Finanças o estabelecimento da ordem cronológica de que trata o *caput* deste artigo.

**Art. 4º.** – Os requerimentos incluídos em listagem, na forma do artigo anterior, serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescidos de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos, permitida a cessão de créditos na forma do disposto nesta Lei.

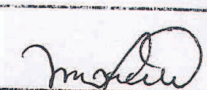
**Parágrafo Primeiro:-** O parcelamento de que trata este artigo refere-se tão somente aos débitos pendentes na data da promulgação da Emenda Constitucional nº 30/2.000, e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1.999.

**Parágrafo Segundo:-** As prestações anuais de que trata este artigo poderão, a critério do credor e mediante requerimento com firma reconhecida, ser decompostas em até 12 (doze) parcelas mensais.

**Parágrafo Terceiro:-** O prazo para liquidação estabelecido no *caput* deste artigo será reduzido a 02 (dois) anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que, este comprove, nos autos do processo judicial específico, que era o único imóvel que possuía a época da imissão na posse.

**Art. 5º.** – A cessão dos créditos autorizada pelo artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias deverá ser apresentada através de instrumento público, devidamente registrada junto ao Cartório de Títulos e Documentos e, sempre representará créditos contra o Município de Sengés, oriundos de sentenças judiciais, com precatórios pendentes de pagamento.

**Parágrafo Único:-** Créditos contra o Município de Sengés, para os efeitos desta Lei consideram-se os valores devidos por força de sentença judicial transitada em julgado, constantes dos respectivos precatórios, expedidos, processados e registrados pelo Tribunal competente, a respeito dos quais não **AUTENTICAÇÃO** recursos judiciais.

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.  
23 MAI 2007  
Sengés  


**Cartório Notarial e de Protestos**  
Trav. Antonio Santos, 157 - Centro  
CEP 84220-000 - Sengés - PR

**SELO DE AUTENTICAÇÃO**  
FIMADO NA ÚLTIMA FOLHA  
DESTE DOCUMENTO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/PR  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PU82D DBW6P 9SZ8G 35CRB



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS**  
Travessa Senador Souza Naves, 95 – Sengés-Pr – Tel. 043-567-1222

**Gabinete do Prefeito**

**Art. 6º.** – Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a aceitar a cessão de créditos de que trata o artigo anterior para a compensação de débitos de contribuintes inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, de natureza tributária ou não.

**Art. 7º.** – Considera-se como crédito, o valor do respectivo precatório, bem como, as despesas processuais adiantadas pela parte, devidamente atualizados, na conformidade com o contido no parágrafo primeiro do artigo 100 da Constituição Federal.

**Art. 8º.** – O requerimento de compensação deverá ser efetuado nos termos do Anexo Único desta Lei e, assinado pelo detentor do crédito oriundo do precatório e pelo devedor, ambos interessados na compensação entre crédito e débito.

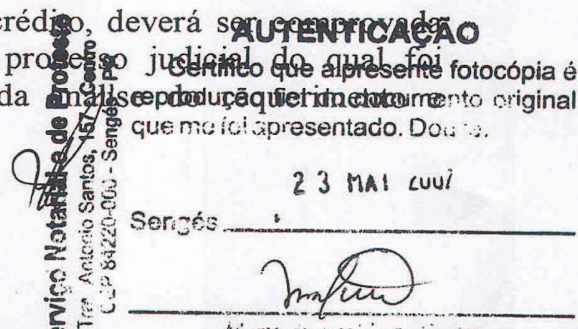
**Parágrafo Primeiro:-** Após ter sido autuado e registrado pelo setor competente, a Secretaria Municipal de Finanças emitirá um exame prévio e enviará os autos do processo administrativo que se formou à Assessoria Jurídica, a qual se pronunciará sobre o pedido de compensação.

**Parágrafo Segundo:-** O trâmite, exame e manifestação sobre o parcelamento serão considerados de caráter preferencial em quaisquer Secretarias, Departamentos ou Divisões do Município de Sengés, fixando-se o prazo máximo de 10 (dez) dias para a devolução à origem requisitante ou ao indicado destinatário.

**Parágrafo Terceiro:-** Emitido o seu parecer técnico, a Assessoria Jurídica remeterá os autos à Secretaria de Finanças, cabendo a esta última acolher ou indeferir o pedido, bem como, comunicar formalmente os interessados consoante à decisão tomada.

**Art. 9º.** – A compensação, se deferida, espelhará o valor do crédito ofertado, abatendo-se essa importância nas dívidas ativas indicadas pelos requerentes, obedecidos os termos da Legislação aplicável.

**Parágrafo Único:-** A situação do detentor do crédito, deverá ser comprovada por documento oficial extraído dos autos do processo judicial do qual foi extraído o precatório, como condição inicial da análise do requerimento consequente deferimento da compensação.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS**  
Travessa Senador Souza Naves, 95 – Sengés-Pr – Tel. 043-567-1222

**Gabinete do Prefeito**

**Art. 10º.** – Se a dívida ativa sobre a qual visa tal compensação estiver parcelada na forma legal e em andamento, a compensação será calculada sobre as parcelas vencidas e vincendas, sendo que sobre aquelas incidirá juros, multa e demais acréscimos legais, até a data do deferimento do pedido, quando se dará o encontro do débito e do crédito.

**Art. 11º.** – A compensação de que trata esta Lei, acarretará:

- I. Quando suficiente para liquidar o débito, a extinção da execução fiscal correspondente, condicionando-se, contudo tal efeito, à comprovação do pagamento de custas, honorários advocatícios e demais despesas processuais.
- II. Quando liquidar parcialmente o débito, o abatimento do valor compensado na dívida, conforme as regras previstas na legislação competente com todos os acréscimos legais, e o prosseguimento da execução somente pelo saldo devedor.
- III. Quando sobejar crédito no precatório, inclusive no que se refere aos honorários de advogados e de perito, a manutenção do crédito pelo valor remanescente.

**Art. 12.** – A extinção dos débitos, realizada na forma prevista nesta Lei não dispensa o pagamento prévio das custas, honorários advocatícios e despesas processuais.

**Art. 13º.** – O detentor do precatório deverá comunicar nos autos judiciais correspondentes, para os devidos fins de direito, a compensação operada.

**Art. 14.** – Compete à Assessoria Jurídica levar ao conhecimento do Juízo do processo originário do precatório, a realização da compensação, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de recebimento do memorando que lhe for enviado pela Secretaria de Finanças, dando conta da sua efetivação, e para tanto, indicará o valor do crédito compensado.

**Art. 15º.** – Compete à Secretaria de Finanças examinar as dividas inscritas, ajuizadas ou não, indicadas na compensação.

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dueto.

23 MAI 2007

Sengés \_\_\_\_\_

*Maria Andreia de Castro*  
Maria Andreia de Castro

**SELO DE AUTENTICIDADE**  
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA  
DESTE DOCUMENTO

**envio Notarial de Protesto**  
Tir. Antonio Santos, 157 - Centro  
C.P. 84230-000 - Sengés - Pr



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÊS**  
Travessa Senador Souza Naves, 95 – Sengês-Pr – Tel. 043-567-1222

**Gabinete do Prefeito**


**Parágrafo Primeiro:-** Os débitos deverão ser atualizados nos termos da legislação vigente e aplicável.

**Parágrafo Segundo:-** Para os débitos submetidos a pagamento parcelado será observado, com relação ao saldo credor, o mesmo critério de atualização.

**Art. 16º.** – Compete ao Secretário de Finanças do Município, aceitar ou indeferir as compensações requeridas, observada a ordem de protocolo dos requerimentos.

**Art. 17º.** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÊS, Estado do Paraná, em 09 de Julho de 2004.**

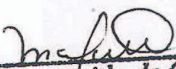
  
Anselmo Jorge de Lima  
Prefeito Municipal

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.

23 MAI 2007

Sengês

  
Maria Aparecida de Castro  
OFICIAL DESIGNADA

